

Senado aprova reforma que simplifica impostos no país

SENADO APROVA REFORMA TRIBUTÁRIA

COM MAIS EXCEÇÕES, TEXTO VOLTA À CÂMARA. PLACAR FOI DE 53 VOTOS A FAVOR E 24 CONTRA

VICTORIA ABEL, GERALDA DOCA, ALVARO GRIBEL, CAMILA TUTELLI E RENAN MONTEIRO
comunicacao@oglobo.com.br
 BRASIL, SÃO PAULO

Em uma votação histórica, o Senado Federal aprovou ontem a Reforma Tributária que unifica cinco tributos sobre consumo, alinhando o Brasil, depois de décadas, a um sistema de cobrança de impostos já adotado em outros países. A proposta foi aprovada por 53 votos favoráveis a 24 contrários no primeiro e no segundo turnos, numa votação apertada, já que eram necessários os votos de pelo menos 49 senadores.

Como houve alterações no texto do Senado, as mudanças precisam ser analisadas agora pela Câmara. O que os parlamentares discutem agora é fatiar o texto. Ou seja, promulgar o que for consenso entre as duas Casas e discutir de forma separado o que for divergente.

A discussão sobre a necessidade de uma reforma para tornar o sistema de impostos mais simples e mais equilibrado já dura quase 40 anos. É a primeira vez que um texto avança a esse ponto, numa convergência inédita entre Câmara e Senado. O atual modelo brasileiro de tributação foi instituído na década de 1960 e sofreu algumas alterações na Constituição de 1988. Ao longo dos anos, especialistas afirmam que a tributação sobre consumo se tornou disfuncional, complexa e ineficiente, o que fez o sistema ficar desequilibrado e injusto.

EVENTOS E PAINEL SOLAR
 O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que o amadurecimento do debate foi fundamental para que a população, as empresas, os estados e os agentes públicos pudessem entender a ne-



Negociação. Plenário durante a votação: relator fez concessões até o último minuto para aprovar reforma, a primeira mudança no sistema de impostos em 40 anos



“No regime democrático, é a primeira vez que o Senado aprova uma reforma tributária”

Eduardo Braga (MDB-AM),
relator da reforma

“Estamos saindo de um sistema tributário nota dois, não para um sistema nota 10, porque teve que haver muita discussão e acordo para chegar a esse resultado”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

cessidade de mudar o sistema de impostos.

—A reforma aprovada por esse plenário se impôs porque não havia mais como adiar. A reforma se impôs porque o Brasil não podia mais conviver com o atraso.

O relator do texto na Casa, Eduardo Braga (MDB-AM), comemorou o resultado:

— No regime democrático, é a primeira vez que o Senado aprova uma reforma tributária. Quero agradecer a confiança no trabalho que realizamos.

A reforma aprovada pelo Senado agora é discutida pelo Congresso desde 2019, mas avançou neste ano nas duas Casas quando o tema virou prioridade do governo Lula e passou a constar em quase todos os discursos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ontem, o ministro destacou os avanços da proposta: — Estamos saindo de um sis-

tema tributário nota dois, não para um sistema nota 10, porque teve que haver muita discussão e acordo para chegar a esse resultado, mas certamente estaremos, se promulgada, numa situação muito mais confortável. Essa PEC (proposta de emenda à Constituição) merece nota 7,5 com louvor. Pode ser admirada por investidores e trazer investimentos para o Brasil.

O texto aprovado ontem foi negociado até o último momento. Minutos antes de o projeto entrar em votação, Braga acatou emendas que aumentaram ainda mais o rol de exceções da reforma, já criticada pela quantidade de setores fora da regra geral — a lista de concessões já fora ampliada no primeiro relatório do senador, em outubro, e na segunda versão, divulgada na terça-feira. O setor de eventos fará parte da lista de alíquotas reduzidas em 60%. E a geração distribuída

de energia (por meio de painéis solares) foi incluída dentro dos regimes específicos. Braga também igualou os servidores tributários de União, estados e municípios.

OFENSIVA PARA APROVAÇÃO

Para garantir os votos necessários, a tropa de choque governista ganhou reforço de dois dos senadores mais influentes da Casa: Davi Alcolumbre (União-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL) circularam entre as bancadas para convencer mais senadores a entregarem o voto sim. O deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta na Câmara, e o secretário do Ministério da Fazenda Bernard Appy se uniram aos líderes partidários e acertaram possíveis alterações do texto junto com o relator no Senado. Appy é o autor da proposta inicial aprovada na Câmara e secretário de Reforma Tributária da Fazenda.

— Estou extremamente feliz. Preferia um placar mais folgado, mas foi — disse Appy.

A quantidade de exceções da reforma foi criticada por especialistas e parlamentares ao longo da tramitação, mas o governo vê isso como o custo político necessário para a reforma avançar. Essas concessões deixam o sistema menos simples e pesam a alíquota para quem não é contemplado. A estimativa mais recente da Fazenda indica alíquota total entre 26,9% e 27,5%, uma das mais elevadas do mundo.

No campo oposto, governadores do Sul e Sudeste chegaram a defender o adiamento da votação e pregaram voto contra o texto após reunião com Haddad. Eles questionam os benefícios para as montadoras no Nordeste (leia mais na página 13), a sobretaxa a produtos importados de fora do Brasil e que sejam produzidos na Zona Franca de Manaus; e mudanças no Conselho Federativo (que vai gerir a repartição da arrecadação).

— Tem movimentos que foram feitos dentro do Senado que entendemos que pioram muito a situação dos entes federativos e merecem análise — disse o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

Para especialistas, apesar do aumento das exceções no texto, o novo sistema representa uma conquista na comparação com o emaranhado tributário do país. — Trata-se da maior mudança estrutural no sistema tributário sobre o consumo desde o regime militar. A redução do custo das transações é gigantesca, o país ganha produtividade. Apesar das modificações feitas, os pilares da reforma foram preservados, trazendo alíquotas uniformes em todo o país — diz o economista e ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. (Colaborou João Sorima Neto)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 11